

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.648 - RO (2019/0328626-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO  
**ADVOGADOS** : EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - PR024498  
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - RO009216  
**RECORRIDO** : HELIO DA COSTA FREITAS  
**RECORRIDO** : JANUÁRIO VIEIRA DE SOUZA  
**RECORRIDO** : MARLENE DE LANES PAULA  
**RECORRIDO** : CÍCERO DE LANES  
**RECORRIDO** : JOÃO BATISTA DE LANES  
**RECORRIDO** : MARINO DE LANES  
**RECORRIDO** : ARI DA COSTA AGRA  
**RECORRIDO** : MARIA NAZARÉ AGRA TOSCANO  
**RECORRIDO** : TEREZINHA FERREIRA DO CARMO  
**RECORRIDO** : SONIA MARIA CABRAL AGRA  
**RECORRIDO** : SEMIRAMIS AGRA  
**RECORRIDO** : BERTRAND AGRA  
**RECORRIDO** : GLENDA AGRA  
**RECORRIDO** : ROZANGELA FIALHO AGRA  
**RECORRIDO** : TAMARA FIALHO AGRA  
**RECORRIDO** : EVORA AGRA DA CUNHA LIMA  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO CAMARGO JÚNIOR - PR015066  
DIRCEU RIBEIRO DE LIMA - RO003471

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por KIRTON BANK S.A. - BANCO MÚLTIPLO (nova denominação social de HSBC BANK BRASIL S.A.) que discute, dentre outros aspectos: *a*) a legitimidade de não associado para a execução da sentença coletiva proferida em ação civil pública proposta pelo IDEC; e *b*) a legitimidade passiva do HSBC Bank Brasil S.A. para responder pelos encargos advindos de expurgos inflacionários relativos a cadernetas de poupança mantidas perante o extinto Banco Bamerindus S.A., em decorrência de sucessão empresarial havida entre as instituições financeiras.

É o relatório. Decido.

As questões de direito do recurso especial foram afetadas à Segunda Seção como representativas de controvérsias a serem julgadas sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015.

Com efeito, as decisões de afetação dos REsp 1.438.263/SP, 1.361.872/SP e 1.362.022/SP delimitaram o Tema 948 dos Recursos Especiais Repetitivos, nos termos da seguinte ementa:

*PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETAS DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. DEFESA DO CONSUMIDOR. AÇÃO PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR EM FACE DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ADEQUAÇÃO OU DISTINÇÃO ENTRE O CASO EM EXAME E AS RAZÕES DE DECIDIR DAS HIPÓTESES JULGADAS PELO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS RE 573.232/SC e RE 612.043/PR. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE TESE.*

*1. Delimitação da controvérsia, sobre o tema: "Legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual".*

*2. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015.*

*(ProAr no REsp 1438263/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/05/2019, DJe 07/06/2019)*

Por sua vez, as decisões de afetação dos REsp 1.361.869/SP e 1.362.038/SP delimitaram o Tema 1.015 dos Recursos Especiais Repetitivos, nos termos da seguinte ementa:

*PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETAS DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXTINTO BANCO BAMERINDUS S/A. LEGITIMIDADE PASSIVA DE HSBC BANK BRASIL S/A. SUCESSÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. NATUREZA E ALCANCE. SOLUÇÃO CONCENTRADA E VINCULANTE. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE TESE.*

*1. Delimitação da controvérsia, acerca do tema: "Legitimidade passiva do HSBC Bank Brasil S/A para responder pelos encargos advindos de expurgos inflacionários relativos à cadernetas de poupança mantidas perante o extinto Banco Bamerindus S/A, em decorrência de sucessão empresarial havida entre as instituições financeiras".*

*2. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 DO*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*CPC/2015.*

*(ProAfr no REsp 1361869/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/05/2019, DJe 07/06/2019)*

Além disso, nesses julgamentos, houve determinação de suspensão dos processos que versem sobre idêntica questão de direito e que estejam pendentes de apreciação em qualquer instância.

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprе destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento dos temas de recursos repetitivos: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com as teses firmadas sobre os aludidos temas; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator